

Ajuste transitório ganha apoio no Congresso

Roberto Freire diz que equipe econômica não espera mais a revisão para acertar contas

MARTA SALOMON e
RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — Convencido da impossibilidade de aprovar um amplo ajuste fiscal na revisão constitucional até o final do ano, o governo começou a negociar ontem com o Congresso uma solução paliativa para o déficit de US\$ 25 bilhões

estimado no orçamento de 1994. "O presidente Itamar Franco está numa posição muito delicada", admitiu o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). "Não temos tempo para fazer nada ambicioso", completou, preocupado com as resistências políticas que o governo enfrenta para equilibrar as contas públicas.

"A equipe econômica mudou de ideia e não condiciona mais o programa de estabilização à revisão constitucional", informou o líder na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE). O governo já conta, segundo Freire, com alternativas a revisão constitucional, como o aumento das alíquotas do IPI e do IOF. Embora incluída entre os temas prioritários da revisão constitucional, a reforma no siste-



Pedro Simon: tempo é escasso para tentar mudanças profundas

ma tributário e no rateio dos impostos só deverá valer para o sucessor de Itamar Franco.

Mesmo para obter uma solução paliativa, o governo deverá enfrentar dificuldades diante da falta de consenso no Congresso e da proximidade das eleições. "O governo tem que fazer uma negociação prévia, senão vai levar paulada de todo lado", avalia Pedro Simon. O desafio do governo é obter apoio para o que está sendo chamado de "ajuste de transição".

Simon alerta que há dificuldades políticas para cortar verbas de estados e municípios — uma das possibilidades em estudo para combater o déficit.

Os líderes dos dois principais partidos de sustentação do governo — PSDB e PMDB — apontam para um ajuste limitado em 1994, já que sobram apenas 60 dias para o Congresso aprovar qualquer mudança capaz de entrar em vigor ainda no mandato de Itamar Franco.

Companheiro de partido do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o líder do PSDB, deputado José Serra, sustenta a tese de um ajuste transitório: "É

uma hipótese que realmente existe". O raciocínio de Serra coincide com o de alguns integrantes da equipe econômica, como o secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho. Ele pondera que mudanças na Constituição não têm efeitos a curto prazo sobre a inflação. Ao contrário, poderiam diminuir a arrecadação de impostos.

Preocupado com a falta de consenso no Congresso, o presidente da comissão de reforma tributária, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), começou ontem a discutir uma alternativa para a revisão constitucional. "Temos que encontrar um modelo mais simples e combater a sonegação", insiste Rigotto, que ainda não obteve qualquer sinal do que pretende o governo. "Será um avanço aprovarmos algo para 1995", diz.

As medidas do ajuste de transição seriam adotadas por meio de medidas provisórias e mudanças na Constituição que não causam tanta polêmica, podendo incluir uma mini-reforma administrativa e transfe-

rências de encargos do governo para estados e municípios. Um texto com a proposta do Ministério da Fazenda está sendo escrito pelo assessor especial Edmar Bacha, consolidando várias sugestões, entre elas as apresentadas por Serra.

SAÍDA PODE
SER AUMENTAR
ALÍQUOTAS
DO IOF E DO IPI